PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Administração
e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP

BOLETIM DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

BISUS 2018 - Vol. 1

GOVERNANÇA AMBIENTAL

CARLA ZARIF
CATHERINE KARAM
GEOVANNA CAPRONI

São Paulo
2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 3

CAPÍTULO 1. A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE..... 3

1.1 - Pnuma e Economia Verde..... 3

1.2 - Governança Ambiental no Mundo..... 5

1.3 - Tratados e Convenções Mundiais..... 11

1.4 - Governança Ambiental no Brasil..... 14

CAPÍTULO 2. A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NA ECONOMIA..... 16

2.1 - Comparativo de Economias Verdes..... 16

2.2 - Impactos da Economia Verde para o País..... 21

2.3 - Boas Práticas de Sustentabilidade em Organizações..... 28

2.3.1 - Como Colocar em Prática?..... 30

CAPÍTULO 3 – EMPRESAS VERDES..... 32

3.1 Principais Gatilhos para que uma Empresa se Torne Verde..... 32

3.2 - Exemplos de Empresas que Utilizam a Governança Ambiental..... 35

CONCLUSÃO..... 39

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 39

INTRODUÇÃO

Sabemos que a Governança Ambiental é um tema muito presente no contexto atual e inspira muitos empreendedores que visam chegar a um desenvolvimento sustentável.

Veremos nesse trabalho, como esse tema se comporta em nível mundial, em quais empresas já é empregado, quais tratados o pautam e em que se baseiam, além de nos mostrar, quais os principais impactos que a Governança Ambiental pode ter na economia de um país.

É de suma importância frisarmos na economia verde e seus principais atributos, visto que a mesma é base fiel para uma economia com fins sustentáveis e que vise um desenvolvimento em prol da saúde do planeta.

CAPÍTULO 1. A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE

O conceito de sustentabilidade se baseia em buscar alternativas ecologicamente corretas, viáveis e socialmente justas. Um de seus objetivos, é diminuir a desigualdade social e de promover o respeito e o equilíbrio entre os diferentes povos e culturas.

A sustentabilidade ambiental, a qual será discorrida ao longo deste trabalho, é a vertente que deu origem ao termo sustentabilidade. Ela se baseia na preservação dos recursos naturais, favorecendo o consumo consciente e a redução dos resíduos que podem afetar a qualidade do meio ambiente.

Para que uma sociedade sustentável exista de verdade, é necessária a ação de todos, tanto do governo na elaboração de leis rígidas para o meio ambiente e com uma fiscalização correta quanto das instituições para conservarem os recursos naturais como de todos os cidadãos que também possuem essa missão.

Fonte: http://www.jovdes.com/portfolio/293_concept_of_green_earth__isolated_on_white/

1.1 - Pnuma e Economia Verde

Economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é efi ciente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva. Em uma economia verde, o crescimento de renda e de

emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzem as emissões de carbono e poluição e aumentam a eficiência energética e o uso de recursos, e previnem perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Hoje em dia existe um crescente reconhecimento de que a realização da sustentabilidade se baseia quase que inteiramente na obtenção do modelo certo de economia.

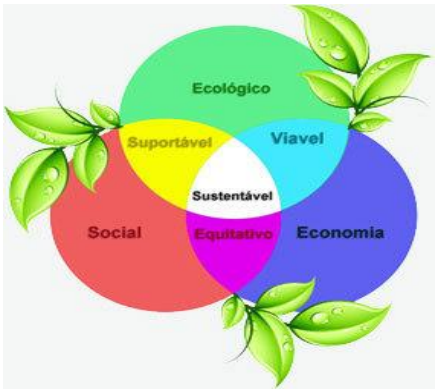
O PNUMA trabalha com os governos e com as relevantes instituições do sistema das Nações Unidas, bem como com os Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs), para favorecer a tomada de decisão mais coerente, eficaz e eficiente, além de promover ações sobre o meio ambiente, incluindo o reforço de sinergias relevantes.

O PNUMA também fornece suporte aos governos para traduzir as decisões ambientais internacionais em ações específicas a níveis nacional e local e, assim, estreitar a relação entre os compromissos, tais como os expressos em Acordos Ambientais Multilaterais (MEAs), e sua implementação. Os MEAs desempenham um papel fundamental no quadro geral das leis e convenções ambientais.

Neste contexto, o PNUMA vem trabalhando com os países membro na construção de um enfoque estratégico de longo prazo que possibilite um programa de trabalho coerente e uma melhor definição das tarefas e responsabilidades dos vários segmentos para responder rápida e efetivamente aos desafios ambientais emergentes e para atender as prioridades ambientais acordadas.

Várias conferências internacionais se sucederam com o objetivo de:

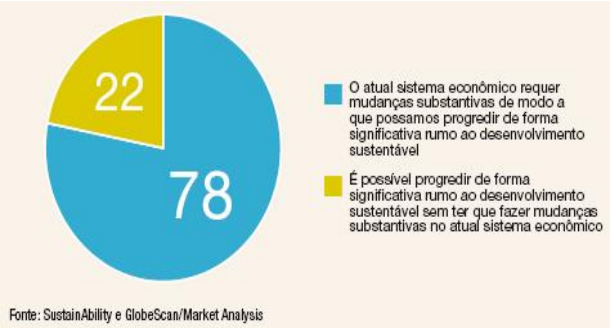
- Catalisar e coordenar esforços internacionais, buscando a implementação de objetivos acordados internacionalmente e apoiando processos de governança ambiental.
- Apoiar os processos e instituições de governança ambiental nacionais, sub-regionais e regionais.
- Buscar coerência e articulação de mandatos no âmbito do Sistema Nações Unidas
- Assegurar financiamento estável, adequado e compatível com as demandas e desafios da área ambiental
- Estabelecer uma base científica forte, coerente e com credibilidade para apoiar os processos de tomada de decisão.
- Facilitar a transição para uma economia verde global



Fonte: https://voluntarios.institutocea.org.br/pages/7600-a-importancia-da-sustentabilidade-para-o-mundo

1.2 - Governança Ambiental no Mundo

Os especialistas em sustentabilidade acreditam que nosso atual sistema econômico precisa de mudanças importantes para viabilizar o progresso. Quase oito em cada dez (78%) entendem que já não se trata de pequenos ajustes no modelo, e, sim, de transformações radicais.



A governança ambiental a níveis nacional, regional e global é fundamental para o alcance da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento sustentável, em última instância. O aumento de novas formas de governança interativa representa uma adaptação ao sistema político-administrativo, diversidade, complexidade e dinâmica da sociedade contemporânea.

Enquanto os marcos divisórios entre os setores públicos e privados se tornam mais complexos, aumentam o número de processos interativos, envolvendo os mais variados níveis e dimensões. Assim, podemos considerar como resultado uma sociedade grande número de “atores” exercendo influência e com maior número de interações dos representantes dos diversos interesses sociais.

No relatório Rumo a uma Economia Verde, o Pnuma ressalta a importância dos acordos ambientais internacionais para o sucesso de iniciativas na área de desenvolvimento sustentável. De acordo com o relatório, são eles os responsáveis pelo estabelecimento dos quadros jurídicos e institucionais necessários para enfrentar os desafios ambientais mundiais. E cita o caso do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, considerado um dos mais bem-

sucedidos acordos ambientais internacionais. Assinado por 46 países, inclusive o Brasil, o protocolo recomendava a eliminação de gases destruidores da camada de ozônio, entre eles o clorofluorcarboneto (CFC), utilizado em aerossóis e geladeiras. O relatório apresenta argumentos econômicos e sociais convincentes para o investimento de 2% do PIB mundial para tornar verde os 10 setores estratégicos da economia, de forma a redirecionar o desenvolvimento e desencadear um fluxo público e privado rumo à baixa emissão de carbono e a um caminho de uso eficiente de recursos. Essa transação permitira que uma nova atividade econômica, com tamanho comparável às práticas atuais mas com risco de problemas, de crises e choque, menores. Uma prática econômica verde não favorece uma única visão política. Uma economia verde é a possibilidade de entrelaçar interesses e alcançar o desenvolvimento para ambas as partes.

Fonte: http://www.kiwimagonline.com/green-tips-earth-day

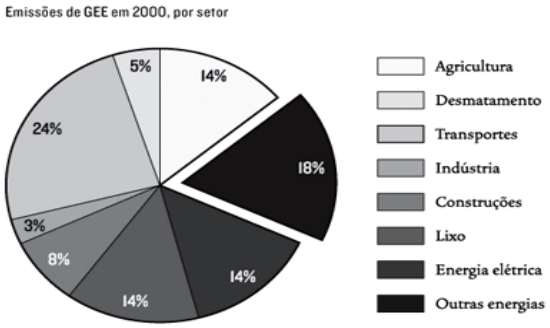
Não é mais habitual utilizar o termo “economia verde” apenas para qualificar uma economia do meio ambiente, mas sim, uma economia do dia a dia, ou seja, tudo o que podemos melhorar no cotidiano para o impacto no mundo ser maior. Isso foi auxiliado pela desilusão em relação ao nosso paradigma econômico predominante; uma sensação de fadiga emanando das várias crises simultâneas e falhas de mercado vividas durante a primeira década do novo milênio, incluindo, principalmente, a crise financeira e econômica de 2008.

Várias crises simultâneas iniciaram-se ou aceleraram-se durante a última década: crises climáticas, de biodiversidade, combustível, alimentos, água, e mais recentemente no sistema financeiro e econômico como um todo. Apesar de essas crises terem várias causas, num nível básico, todas elas partilham uma característica em comum: um grande uso inadequado de capital.

Houve a quebra do paradigma no qual a riqueza material não é alcançada necessariamente à custa de um crescente risco ao meio ambiente, escassez ecológica e disparidades sociais. A produção pode ser feita de forma igualitária, trazendo benefícios para o meio ambiente, modificando a utilidade de materiais já descartados e reduzindo os resíduos deixados pelo ser humano ao mundo, sem esperança de diminuição. Ao esgotar as reservas de riqueza natural do mundo (em muitos casos,

irreversivelmente), este padrão de desenvolvimento tem tido impacto prejudicial no bem-estar das gerações atuais e apresenta grandes riscos e desafios às futuras gerações. As múltiplas crises recentes são indicativas deste padrão de que as políticas existentes e os incentivos de mercado contribuíram para o problema de uso inadequado de capital.

Os elementos que compõem o tipo de governança ambiental são cientistas qualificados e capazes de identificar problemas ameaçadores da estabilidade do ecossistema e de suas respectivas causas, relacionadas de modo geral a atividades econômicas específicas; meios de comunicação independentes; cidadãos ativos e agencias de sociedade civil organizada com focos nessas ameaças específicas, protestando, questionando e reivindicando; um sistema político competitivo como alavanca para a inserção da questão ambiental na agenda política por parte de ativistas ambientais; políticos e governos capazes de criar leis e regulações e de alocar recursos nos ordenamentos políticos para combater tais ameaças; órgãos específicos encarregados das regulações das atividades humanas causadoras dos problemas; e finalmente, uma economia forte com empresas e engenheiros envolvidos na busca de soluções tecnológicas e de medidas milagrosas. (LEE, 2066, p.15-17)



Fonte: Disponível em <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+/http://www.hm-treasury.gov.uk/media/3/2/Chapter__7__Projecting__the__Growth__of__Greenhouse-Gas__Emissions.pdf>.

O gráfico demonstra os principais problemas que causam a insustentabilidade ao meio ambiente.

Assim, a solução dos respectivos problemas ambientais está diretamente relacionado ao aumento de riqueza dos países, podendo considerar a governança ambiental uma remediadora de "efeitos colaterais" do processo de desenvolvimento da sustentabilidade, que não coloca em questão os alicerces e princípios fundamentais e norteadores do capitalismo contemporâneo.

No Brasil, observa-se alguns avanços nas últimas décadas, ou mais precisamente a partir das negociações da Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o tema ambiental vem ganhando importância na agenda brasileira já que a concepção da política ambiental e o exercício de muitos de seus instrumentos atendem a práticas democráticas e de

descentralização. De fato, existem conselhos ambientais no Brasil: instituições, atores e políticas públicas em todos os níveis de governo e, nesses conselhos, a sociedade civil está representada. Os ambientalistas, organizados em organizações não governamentais (ONGs), pressionam o Legislativo e o Executivo no sentido de avançar com a agenda ecológica.

O acesso à informação está melhorando, um sistema de estatísticas ambientais está sendo desenvolvido e o sistema legal possui os instrumentos para punir crimes ambientais. Além disso, tanto o Ministério Público Federal como os ministérios públicos estaduais têm sido observadores atentos de práticas ambientais ilegais. Apesar disso tudo, o país ainda enfrenta graves problemas ambientais, uma vez que o desmatamento intransigente, a poluição dos recursos hídricos, do solo e do ar, a desertificação e outras calamidades ecológicas afetam as diversas regiões. Na Amazônia e nos Cerrados centrais, a expansão da soja e da criação de gado e a derrubada ilegal estão destruindo as florestas nativas em um ritmo cada vez mais veloz; no Nordeste, a desertificação está avançando; nas grandes áreas metropolitanas, o ruído e a poluição do ar pioram a qualidade de vida, sobretudo da população desfavorecida.

As questões ambientais são cada vez mais recorrentes na agenda internacional e nas diversas agendas multilaterais, não apenas como questões de proteção ambiental, mas principalmente como questões complexas de desenvolvimento sustentável, segurança energética, humana e alimentar.

Pode-se afirmar que existe um regime internacional do clima, em função da Convenção do Rio de 1992 e do Protocolo de Quioto de 1997 e que vem sendo atualizada e gradativamente. O Brasil tem um perfil sui generis como grande detentor de riquezas naturais e país de grande potencial tecnológico e econômico. Do ponto de vista legal, o país é signatário de quase todos os acordos ambientais multilaterais,9 mas seus compromissos internacionais são internalizados lentamente. Portanto, muitas das obrigações internacionais do Brasil não são conhecidas pelos atores públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário. Tal paradoxo é tanto mais interessante que o Brasil tem um arcabouço legal ambiental bem consolidado, comparável com qualquer país desenvolvido. Aliás, é um dos poucos a ter um direito penal ambiental, instituído em 1998, que serve de modelo a outros países interessados em seguir o mesmo caminho.

Sendo um dos países mais bem colocados no regime do clima, o Brasil, em função de sua matriz energética, pesquisa científica, robustez econômica, capacidade produtiva e seus recursos naturais, entre outros. Também está entre os dez maiores emissores de GEE. Como mencionado, o país tomou decisões acertadas nas décadas passadas, ao optar por energia hidrelétrica e biocombustíveis. A pesquisa brasileira é reconhecida mundialmente não só no que concerne aos biocombustíveis, mas também à agropecuária e à biotecnologia em geral. O parque industrial

brasileiro é recente e tem grande potencial de desenvolvimento, graças, entre outras coisas, às políticas econômicas das duas últimas décadas, que colocaram o país no grupo de "países emergentes".

Quanto aos recursos naturais, interessa principalmente o petróleo, que nos permite adotar políticas ambiciosas a curto prazo, enquanto diversos países estão preocupados com sua segurança energética por dependerem fortemente dos outros, como é o caso dos Estados Unidos. Além disso, sua vasta extensão territorial, seu imenso potencial hídrico e seu perfil de agroexportador garantem ao país uma proteção que vários outros países nunca tiveram. Isso não significa, entretanto, que o Brasil está imune aos danos trazidos por eventos climáticos como as enchentes e a desertificação. Logo, o país tem seus pontos de vulnerabilidade e necessita criar políticas de adaptação com a maior brevidade.

Fonte:http://www.cenedcursos.com.br/meio-ambiente/tag/sustentabilidade-ambiental/

O Brasil foi o primeiro a assinar a CDB e a ratificou em 1994. Ela foi promulgada em março de 1998, o que é relativamente pouco tempo, comparando-se com outros tratados ambientais. Os três principais objetivos da convenção são a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável; e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes do acesso a recursos genéticos. Vale enfatizar que apesar de o fato da proteção da fauna e da flora estar no cerne da convenção, ela é a resultante de pelo menos quatro discursos contemporâneos: o econômico, o agrícola, o ambiental e o cultural (BRAHY ; LOUAFI, 2010). Isso só acontecer graças a um contexto internacional favorável à cooperação ambiental, o qual se degradou nos anos seguintes, com crises de segurança, como o atentado de 11 de setembro de 2001 e a guerra do Iraque de 2002, e crises econômicas, como anteriormente citada, a crise de 2008.

O Brasil conseguiu transformar seus recursos em instrumentos de barganha política. Se no passado o Brasil era tido muito mais como um estado-veto do que como um facilitador, atualmente o Brasil tem uma postura respeitada por ser um dos grandes promotores da cooperação internacional, principalmente a Sul-Sul e a triangular (Norte-Sul-Sul). A principal explicação para essa grande

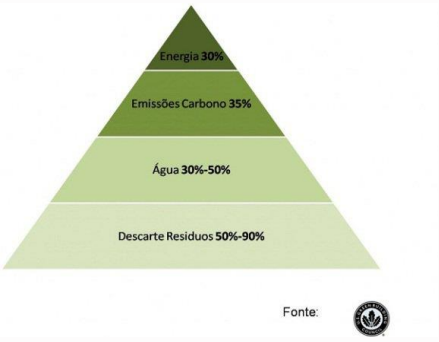
mudança é o fato de o país ter passado de alvo internacional de críticas, temeroso da suposta crescente "ingerência internacional" a Estado democrático, com economia robusta, respeitador de seus compromissos internacionais e, muitas vezes, promotor de experiências de desenvolvimento sustentável exitosas, inclusive com a cooperação Sul-Sul e a triangular.

De acordo com a World Economic Outlook Database (Setembro 2006) a economia mundial quadruplicou, beneficiando centenas de milhares de pessoas. Em contraste, no entanto, 60% dos maiores produtos e serviços referentes ao ecossistema mundial que sustentam o modo de vida de muitos foram reduzidos ou usados de modo insustentável. Se pensarmos por exemplo, no consumo dos peixes, atualmente, apenas 20% das reservas populacionais de peixes comerciais, em sua maioria de espécies de baixo preço, são subexploradas; 52% são totalmente exploradas sem mais espaço para expansão; cerca de 20% são sobreexploradas e 8% estão esgotadas. Enquanto isso, pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas. As cidades atualmente são responsáveis por 75% do consumo de energia 75% das emissões de carbono, segundo Cities and Climate Change Initiative Launch and Conference Report (Março de, aquelas que foram as protagonistas da Revolução Industrial e são as maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa nos últimos 150 anos. Mas essa posição política 2009).

No mundo em geral, as prioridades dos países em desenvolvimento, representados pelo G77/China nas negociações onusianas, são as seguintes: exigir ações concretas dos países desenvolvidos, como recursos novos e adicionais, bem como a transferência de tecnologia para solução dos problemas tratados no âmbito do regime. No caso do clima, concordam – com base no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas – que o ônus do regime internacional deveria recair sobre as economias mais desenvolvidas, ou seja fazia sentido na década de 1990, quando os países desenvolvidos aceitaram assumir metas obrigatórias com o estabelecimento do Anexo I do Protocolo de Quioto. Atualmente, tal anexo não corresponde mais à lista de maiores emissores, porque não inclui cinco dos maiores atuais emissores: Estados Unidos, China, Índia, Brasil e Indonésia. Daí decorre o grande impasse para 2010, isto é, quem assume qual responsabilidade no regime do clima.

O setor da construção civil é um dos principais responsáveis pelos impactos ambientais no mundo, consumindo 75% dos recursos naturais, 20% da água nas cidades e gerando 80 milhões de toneladas/ano de resíduos, segundo dados do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável. Construções sustentáveis garantem o retorno financeiro do investimento a médio prazo e a economia de alguns custos operacionais, além de aumentarem o valor do imóvel no mercado e poder de revenda.

Apesar dessas construções serem um pouco mais caras, os edifícios sustentáveis garantem, em longo prazo, economia de até 30% na conta de luz e 50% na de água, além de fazer parte do marketing para valorização dos imóveis, que acabam saindo entre 2% a 7% mais caros na compra ou aluguel.



1.3 – Tratados e Convenções Mundiais

- 1**972** – Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial, destinada a proteger e preservar locais de excepcional relevância cultural ou natural, como sítios naturais ou culturais. A convenção da início a proteção do chamado meio ambiente antrópico.Essa Convenção foi aprovada pelo Brasil pelo Decreto n° 80.978 de 12 deDezembro de 1977.
- **1973** – Convenção sobre a Poluição por Navios, mais conhecida como Convenção Marpol, e há quem entenda que é o ato internacional mais importante para a prevenção da poluição proveniente de embarcação. Também foi negociada em Londres. Foi aprovada no Brasil, com reservas, pelo Decreto Legislativo nº 4, de 1987. No Brasil a CITES foi promulgada pelo decreto Executivo nº 76.623 de 17 de Novembro de 1975.
- **1974** – Vários relatórios e painéis sobre os potenciais riscos do CFC para a destruição da Camada de Ozônio. Esses trabalhos foram feitos pelo Conselho Internacional de Uniões Científicas e também pelo Comitê Científico sobre Problemas do Meio Ambiente (SCOPE), a Academia Nacional de Ciências dos EUA, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e a PNUMA.
- **1977** – O PNUMA convocou a Conferência Internacional sobre Desertificação e apoiou o Programa Climático Mundial da Organização Meteorológica Mundial.
- **1979** – Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias da Fauna Selvagem (1979) visava a proteção das espécies migratórias. Houve também a Convenção sobre Poluição Atmosférica Trasnfronteiriça de Longo Alcance.
- **1985** – Convenção de Viena sobre a proteção da Camada de Ozônio.

- **1987** – Protocolo de Montreal, também visando prevenir a degradação da Camada de Ozônio. Houve também Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), nessa comissão foi publicado um relatório intitulado Nosso Futuro Comum, que se revelou influente devido a sua forte defesa ao desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável foi definido como: desenvolver necessidades que vão de encontro as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades. Entende ainda a comissão que o combate a pobreza e a proteção do meio ambiente devem andar sempre juntas, pois a pobreza abastece a degradação ecológica.
- **1989** – Convenção da Basiléia, destinada ao controle de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua eliminação. A convenção estabeleceu requisitos de notificação prévia aos países para onde os resíduos seriam levados.

Fonte: https://www.todamateria.com.br/tudo-sobre-meio-ambiente/

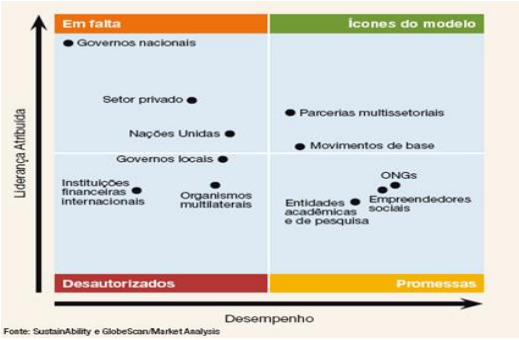
Após esse outro grande intervalo, ocorreu outra grande conferência, que foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (UNCED), que foi realizada no Rio de Janeiro, de cinco a oito de Junho de 1992, onde estiveram presentes cento e setenta e oito Nações com cento e dezoito Chefes de Estado ou de Governo, oito mil Delegados Oficiais, cerca de mil e quatrocentas ONGs , aproximadamente nove mil jornalistas e um número exorbitante de quinze a vinte mil visitantes. A Conferência ficou conhecida como declaração da Terra. laborar estratégias para não só frear, mas sim retroceder os efeitos da degradação ambiental, promovendo assim o desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional em todos os países. Foi elaborado durante a Conferência uma relação de 27 princípios que deveriam reger o futuro da proteção ambiental.

Fonte: https://textileindustry.ning.com/m/discussion?id=2370240%3ATopic%3A715198

- **1994** – Convenção das Nações Unidas para o Combate a Desertificação, que forneceu alguns instrumentos de planejamento para desacelerar a desertificação e a seca principalmente na África.
- **1995** – Organização Mundial do Comércio, com a finalidade de facilitar o aumento do comércio de bens e serviços. (globalização econômica).
- **1997** – Convenção do quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, o chamado Protocolo de Quioto. Que preconizava o compromisso individual das nações em reduzir o emissão de seis gases do efeito estufa entre 2008 e 2012.
- **1998** – Convenção de Roterdã, para estabelecer a regulamentação do comércio de produtos químicos.
- **2000** – O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.
- **2001** – A Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos, proporcionou um mecanismo para a regulamentação de POPs que podem causar câncer, deficiências imunológicas, desequilíbrio hormonal, entre outros.
- **2002** – Neste ano as Nações Unidas tentando trazer à tona os compromissos estabelecidos na Agenda 21, realizou a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (WSSD) em setembro de 2002.

Um futuro favorável dependerá, em grande medida, das parcerias multistakeholders, ferramenta vital para o desenho de soluções diante dos complexos desafios do desenvolvimento sustentável. Vale lembrar a convocação feita pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em Davos: “Vamos juntos derrubar os muros. Os muros entre a agenda do desenvolvimento e a agenda do clima. Entre a segurança global e sustentabilidade mundial. Essa é a base para os bons negócios e para a boa política e é o que é bom para a sociedade como um todo.”

A sociedade civil, bem avaliada no seu engajamento com a proposta de sustentabilidade, continuará tendo um papel crítico. A vasta maioria dos experts consultados (82%) concorda que as ONGs podem ser um dos agentes mais eficientes e efetivos em mobilizar o conjunto da sociedade nessa direção, se trabalharem em parceria com o mundo corporativo – em vez da oposição. Por sua vez, o setor privado poderia realizar o máximo do seu potencial como agente da transição para uma economia verde e responsável se trabalhasse junto com os governos para definir regras do jogo favoráveis a um novo equilíbrio sustentável.



1.4 - Governança Ambiental no Brasil

Segundo João Baptista Drummond: "O presente artigo trata de uma análise da ação governamental para o controle do uso dos recursos natno Brasil, desde o descobrimento, em 1500. Teve como objetivo compreender o processo de formulação e execução de políticas ambientais, considerando a evolução de conceitos, regras e instituições do período colonial até os dias atuais, caracterizando as bases históricas, institucionais e legais que moldaram a atual governança ambiental brasileira.

A pesquisa foi realizada consultando referências bibliográficas e documentos governamentais com dados e informações diversos. Pode-se observar que ao longo da história do País, a ação governamental concentrou-se nas ações de comando e controle, com regras e instituições específicas para determinados recursos naturais, com pouca ou nenhuma integração com outras políticas ou processos gerenciais de uso de recursos naturais, situação que mudou significativamente após a instituição da Lei nº 6.938/81, da Política Nacional do Meio Ambiente, quando houve correspondência da evolução da gestão ambiental no Brasil com os conceitos, princípios, diretrizes e critérios de governança ambiental e seus resultados.

Apesar dos avanços em direção aos critérios de reforma e modernização do Estado como descentralização, participação, democratização, capacitação gerencial, eficiência e eficácia, a relação da sociedade, do Governo e do setor privado com a natureza ainda reflete uma visão colonial utilitarista, imediatista e de uso insustentável dos recursos naturais, aliada a problemas de execução

das normas e regras, causando degradação ambiental e comprometendo o desenvolvimento sustentável. Indicam a necessidade de se avaliar mais criticamente os alcances da Política Nacional do Meio Ambiente em função da contínua perda dos recursos e serviços ambientais e o elevado padrão de consumo da sociedade em bases não sustentáveis, requerendo mudanças de atitude do cidadão em relação ao uso e proteção dos recursos e serviços ambientais.

Os resultados alcançados contribuem para a discussão da relação histórica de uso e ocupação do território nacional e suas consequências para a Sustentabilidade. Logo, podemos afirmar que o Brasil está sim caminhando para um caminho de economia mais sustentável, mas de fato ainda está "fechando os olhos" para os impactos causados na natureza.

Ainda vemos que as empresas não incluem em seus planos os riscos de estratégicos ambientais como esses impactarão na sustentabilidade.

Fonte: HuffPost Brasil

A imagem abaixo mostra uma projeção, feita pela Universidade Federal de Minas Gerais, de como estaria a a área verde do Brasil em 2050, em comparação com a atual.

Segundo o Mapa de calor, se seguirmos na velocidade de desmatamento que estamos, boa parte do Cerrado + Caatinga (Centro Oeste) será desmatada.

Conforme falado acima, mesmo que estejamos caminhando para um ambiente econômico mais sustentável, o brasileiro ainda se cega em relação aos impactos causados em relação a natureza. A preocupação com o Pace de aceleração desenvolvimentista, infelizmente ainda não acompanha a preocupação sustentável.

Fonte: UFMG

CAPÍTULO 2. A INFLUÊNCIA DA GOVERNANÇA AMBIENTAL NA ECONOMIA

2.1 - Comparativo de Economias Verdes

A economia verde resulta de três grandes pilares: tecnologia de menor impacto ambiental, iniciativas empresariais e a consciência coletiva da população.

Para que se possa realizar um comparativo de economias verdes, é importante destacar inicialmente quais as principais vantagens da mesma:

- Pouco uso de combustíveis fósseis (gasolina, carvão, diesel, etc.) e aumento do uso de fontes limpas e renováveis de energia;
- Eficiência na utilização de recursos naturais;
- Práticas e processos que visam à inclusão social e erradicação da pobreza;
- Investimento e valorização da agricultura verde;
- Tratamento adequado do lixo com sistemas eficientes de reciclagem;
- Qualidade e eficiência nos sistemas de mobilidade urbana.

- **Agricultura**

"A expectativa é que o mercado internacional de bebidas e alimentos orgânicos cresça significativamente. Estima-se que o aumento de dólares registrados de 2011 para 2015 neste setor passou de 62,9 bilhões de dólares, para 105 bilhões de dólares, respectivamente. O chá e um exemplo de sucesso dentro desse mercado. Para se ter uma ideia, a produção de chá de acordo com as normas de sustentabilidade cresceu 2000% entre os anos de 2005 e 2009"

O mundo chegou a um ponto crítico. O boom demográfico expõe essa realidade. Hoje somos sete bilhões de habitantes. Em 2050, essa superpopulação pode chegar a nove bilhões – o que certamente aumentará a responsabilidade em garantir uma segurança alimentar de qualidade. Mas o

grande desafio é que alguns dos recursos essenciais para sustentar a vida em nosso planeta estão em crescente risco. A água, por exemplo, já está escassa e contaminada. O ar que respiramos cada vez mais poluído e com excesso de gases estufa, particularmente o dióxido de carbono. As florestas estão sendo decapitadas, os solos aráveis degradados e a fauna dizimada.

Sabemos que cerca de 925 milhões de pessoas passam fome no mundo. Uma em cada sete não tem o que comer ou não se alimenta adequadamente. São aproximadamente um bilhão de pessoas condenadas à morte ou a uma vida sofrida, em condições subumanas. A alimentação é um direito fundamental de todo ser humano; uma precondição. Sem uma nutrição adequada, a população não tem saúde, e suas potencialidades físicas e intelectuais ficam comprometidas.

Todas estas reflexões nos obrigam a uma parada para repensarmos os modelos de desenvolvimento que temos seguido até agora. Levantamentos científicos e projeções indicam que o nível predatório do atual estilo de vida não é sustentável, do ponto de vista social, econômico e ecológico. A sustentabilidade econômica garante um ciclo produtivo com ganhos em longo prazo; a social garante padrões de dignidade e sociabilidade condizentes com a condição humana; já a ambiental garante o direito à vida como um patrimônio partilhado por todos os seres vivos no presente e no futuro. Qualquer uma destas áreas do desenvolvimento sustentável deve atingir um nível aceitável para que o resultado final seja positivo.

A “economia verde” corresponde a esse desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) e constitui uma visão mais global, colocando na mesma equação a necessidade de produzir bens e serviços, a necessidade de preservar a base de recursos naturais, e a necessidade de garantir dignidade da pessoa humana. Um tripé que se relaciona numa base de equilíbrio, responsabilização mútua, suporte mútuo, e suporte do conteúdo global. O mais importante é que dela se resulte a melhoria do bem estar, na promoção da igualdade social e convivência sã com a natureza e o ambiente.

A agricultura é um multiplicador de vida vegetal e animal. Utiliza e gerencia 60% dos recursos atualmente empregados pela humanidade: terra, água, fauna, flora, minerais etc. Está interligada aos recursos naturais. Por ter esse privilégio, tem ainda, o forte compromisso de preservar o ecossistema. Além dos serviços ambientais, a agricultura presta serviços sociais e econômicos, entre os quais a geração de emprego. Estima-se que um bilhão de pessoas trabalham no setor agrário, garantindo subsistência para cerca de 2.6 bilhões de pessoas.

Durante a Rio+20, a FAO e seus parceiros internacionais promoverão uma série de debates sobre como materializar esse ideal de tornar a economia mais verde através da agricultura. Essa clara percepção de que a Economia verde precisa da agricultura, e que a agricultura precisa da economia

verde, norteará os debates. A plataforma de debates é chamada de GEA (GreeningtheEconomywithAgriculture) em português EEA (Esverdeando a Economia através da Agricultura).

O conceito é novo, dinâmico, apaixonante e, essencialmente, necessário. Longe de ser um modelo acabado e rígido, ele é inclusivo, maleável, receptivo à criatividade e diversidade. Ela se inspira na ciência, pesquisa e experiências exitosas. A ciência e tecnologia devem ser postas a serviço da agricultura, fauna, flora e seus atores. Para cada contexto as soluções devem ser especificas, mas sintonizadas com o objetivo maior que é a sustentabilidade global.

É importante recordar que a garantia de um bom nível de segurança alimentar é essencial para a economia verde. A fome e a miséria encorajam práticas e hábitos desesperados e predadores para o meio ambiente.

Para além do princípio da sustentabilidade (integridade ambiental, robustez econômica, bem estar social e boa governança), o conceito de "Esverdeando a Economia através da Agricultura" sugere um tratamento equilibrado dos três elementos da segurança alimentar: a disponibilidade, função da produção e do comportamento; o acesso, que defende a renda e os mercados; e a utilização, condicionada pelo conhecimento sobre o valor nutritivo dos alimentos.

- **Energias renováveis**

"Desde 1990, o crescimento anual na capacidade de oferta de biocombustíveis, energia eólica e solar fotovoltaica tem sido em média de 42,25 e 15%, respectivamente. Em 2010, os investimentos em oferta de energia renovável, só dos EUA, atingiram 21 bilhões de dólares, representando um aumento de cinco vezes em relação a 2004 - e mais de metade desses investimentos foram feitos em países desenvolvimento. Em relatórios analisados, éressaltasdo que os países em desenvolvimento têm aumentado significativamente as exportações de equipamentos de energia renovável, como painéis solares, turbinas eólicas e aquecedores de água, e também estão expandindo seu potencial de exportação de electricidade a partir de fontes renováveis."

Se o século XXI já pode ser taxado como o século da alta tecnologia, o século XX foi sem dúvida o século da industrialização em larga escala. A crescente busca por mais mercados de consumo por parte dos países mais desenvolvidos – EUA, Reino Unido, Alemanha, Japão e outros – resultou em um cenário muito preocupante para as gerações futuras. Pela primeira vez, após duas revoluções industriais, considera-se um possível esgotamento de recursos naturais não renováveis.

Cientistas do mundo todo também observaram na última década um aquecimento climático acima do normal, sendo apontado como uma das causas, a emissão de poluentes no meio ambiente gerada pela

queima de combustíveis fósseis. Por isso, cada vez mais países não medem esforços numa corrida por tipos de energias renováveis.

Energias renováveis é todo tipo de energia produzida a partir de fontes naturais sem limites de esgotamento e que se reciclam permanentemente, como a água, o vento, a luz solar e toda a biomassa em geral, ou seja, produtos orgânicos como a cana-de-açúcar. A grande vantagem em relação aos recursos não renováveis é justamente a sua natureza inesgotável, ao contrário dos combustíveis fósseis, como o petróleo, o gás e o carvão, que embora não seja possível calcular exatamente o quanto ainda o planeta dispõe destes meios, a dificuldade em se encontrar fontes fósseis resultou nas últimas décadas em custos astronômicos para governos e empresas.

Dentre alguns tipos de energias renováveis estão:

- **Energia Solar**: É a captação dos raios solares através de painéis chamados célula fotovoltaica, que ao absorverem a energia térmica a transforma em energia elétrica. É considerada uma das formas mais limpas de captar energia, porém não é amplamente utilizada devido aos altos custos de fabricação e instalação das placas solares. Além disso, elas não absorvem energia durante a noite e são pouco eficientes em épocas de chuva ou neve. Os países considerados grandes produtores de energia solar são EUA, Alemanha e Japão.

Foto: jumanjisolar

- **Energia Eólica**: É a energia produzida pelos ventos, que é captado por hélices gigantes numa altura entre 50 e 100 metros que ao girarem levam energia suficiente para acionar um gerador, produzindo corrente elétrica. Esta é uma fonte renovável utilizada pelo homem desde a antiguidade, como os moinhos de vento. Uma das principais desvantagens deste tipo de produção de energia é a poluição visual das usinas eólicas.

O nordeste brasileiro vem se tornando referência na utilização deste meio, principalmente Recife e Natal, que abastece milhares de residências e indústrias com a energia eólica. No mundo, apenas cerca de 1% utiliza este tipo de recurso, sendo a China o principal produtor.

Alto Sertão I – Foto: agecombahia

- **Biocombustível**: Energia produzida por insumos agrícolas, como a cana-de-açúcar, cascas e folhas de árvores ou a semente de mamona. Este tipo de energia renovável alimenta principalmente veículos automotores que são abastecidos com etanol e biodiesel. A vantagem deste meio energético é o equilíbrio da relação entre consumo e emissão de CO2, pois o gás produzido pelos veículos é reutilizado pelas plantas no processo de fotossíntese. O Brasil possui grandes áreas para a produção desta matéria-prima e ainda pode gerar milhares de empregos e renda para quem vive no campo.

Foto: jowo

Apesar destas vantagens, no entanto, o cultivo de plantas utilizadas para o biocombustível pode contribuir negativamente na redução da biodiversidade e também no alto consumo de água para irrigação das plantas.

- **Hidrelétrica**: Embora seja uma fonte de energia questionável em razão do seu impacto ambiental, é considerado um tipo de energia limpa e renovável. O Brasil é um dos maiores produtores de energia produzida pela água pelo fato do país possuir muitos rios. A água é uma grande fonte de energia e é ainda mais poderosa quando submetida a uma enorme pressão das represas. As hidrelétricas possuem turbinas que funcionam

impulsionadas pela força da água. Essa força ativa um gerador que produz energia elétrica em altíssima escala.

Foto: Aflorêncio

2.2 - Impactos da Economia Verde para o País

- **Turismo:** Em 2012, pela primeira vez, o turismo internacional atingiu a marca de um bilhão de viagens no ano. Nos países em desenvolvimento, a cota de mercado da indústria aumentou de 30% em 1980 para 47% em 2011. Para o futuro, a projeção é de saltos ainda maiores, com aumento de 57% até 2030. O subsetor que mais cresce no turismo sustentável é o ecoturismo, que se concentra em atividades ao ar livre. Muitos países em desenvolvimento desfrutam de uma vantagem comparativa em ecoturismo por causa de seus ambientes naturais, herança cultural e do potencial para o turismo de aventura.
- **Pesca:** A pesca certificada já contabiliza uma captura anual de 18 milhões de toneladas de peixes e frutos do mar. Isso representa cerca 17% da pesca internacional – e a demanda ainda supera a oferta. Além disso, prevê-se que o valor total de produtos marinhos coletados de acordo com padrões de certificação sustentável aumente dos US $ 300 milhões em 2008 para U$1,2 bilhões até 2015.

O estudo "Green Economy in a Blue World" (economia verde em um mundo azul) conclui que a saúde ecológica e a produtividade econômica dos ecossistemas marinhos e costeiros - em declínio no mundo por causa da exploração insustentável - podem fornecer as bases para a nova economia, na qual há geração de energia renovável, ecoturismo, pesca e transportes sustentáveis.

A quantidade de nitrogênio que chega aos oceanos aumentou três vezes em relação aos níveis pré-industriais. O número pode crescer 2,7 vezes até 2050 se não houver mudanças na economia. Somente o uso sustentável de fertilizantes e de outros nutrientes para agricultura já

ajudaria a reduzir os custos gerados pela poluição marinha. No caso da União Europeia, a economia seria de 80 bilhões de euros por ano.

Estima-se que 30% dos estoques de peixes do mundo estão sendo pescados numa velocidade maior do que eles conseguem se reproduzir. E que a exploração de metade dos peixes já está esgotada. A FAO e o Banco Mundial afirmam que a economia global pode ganhar até 50 bilhões de dólares anuais restaurando populações de peixes e reduzindo a capacidade de pesca a um nível ideal.

Cerca de 40% da população global vive a cem quilômetros da costa. Os ecossistemas marinhos do mundo fornecem abrigo, alimentação e meios de subsistência para milhões de pessoas. Mas os impactos da atividade humana começam a cobrar seu pedágio, diminuindo a produtividade de oceanos no mundo. Cerca de 20% dos manguezais foram destruídos e mais de 60% dos recifes tropicais estão sob ameaças imediata e direta.

- **Indústria:** De acordo com o relatório do Pnuma, muitas indústrias estão melhorando suas práticas de sustentabilidade a fim de proteger suas posições dentro das cadeias de fornecimento internacionais. Prova disso é o aumento impressionante de 1500 % na ISO 14001, de sistemas de gestão ambiental, entre 1999 e 2009.

O Brasil percebeu os benefícios da união entre empresas e sustentabilidade e mostra que é possível conciliar o desenvolvimento de produtos e a preservação da biodiversidade. Alguns bons exemplos podem ser destacados, o primeiro deles é encontrado na Floresta Amazônica, o curauá, uma bromélia com fibras resistentes, flexíveis e duráveis, que pode substituir todas as aplicações da fibra de vidro e que agora faz parte da matéria-prima de uma fabricante de autopeças de São Bernardo do Campo (SP).

Outro bom exemplo de economia verde está na aplicação da logística reversa, área responsável pelo fluxo reverso dos produtos, através da reciclagem, por exemplo. A empresa Cybelar levou esse conceito a sério e passou a vender produtos eletrônicos com um selo que garantia que o produto seria descartado futuramente. Para isso, a rede de varejos oferece ao cliente a opção de pagar uma taxa, para garantir que no fim da vida útil do aparelho a empresa retire no domicílio e dê a destinação final adequada.

Contudo, apesar dos exemplos citados acima, as empresas ainda estão caminhando para que efetivamente se tornem sustentáveis e impactem em menor escala o meio ambiente.

Tendo sempre em mente que na definição pelo pnuma, uma Economia Verde é aquela que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e na igualdade social ao mesmo tempo que também reduz os riscos ambientais e escassez ecológica.

O desenvolvimento sustentável pode ser atingido com um conjunto de políticas capazes de, simultaneamente, garantir o aumento da renda nacional, o acesso a direitos sociais básicos (segurança econômica, acesso à saúde e educação) e a redução do impacto do aumento da produção e do consumo sobre o meio ambiente. As posições sobre o conceito de economia verde refletem, em alguma medida ideológica, cobrindo, desde visões da funcionalidade do conceito para o sistema de dominação capitalista exercido pelos países centrais, até as concepções que realçam apenas seus aspectos supostamente positivos, inspiradores de políticas globais capazes de ajudar os países emergentes a superar a pobreza e reduzir, em simultâneo, os impactos ambientais do crescimento econômico.

As propostas de políticas de "esverdeamento" do crescimento econômico dos países emergentes são compatíveis com a estrutura analítica que informa as propostas do Pnuma (UNEP 2011). Essas constituem um mix de políticas de comando e controle e políticas baseadas em instrumentos econômicos. Estima-se que atualmente cerca de um décimo da economia global esteja relacionada com as economias verdes,que melhoram não apenas em termos do tradicional PIB, mas também o impacto em termos de emprego, intensidade de recursos, emissões de carbono e o impacto ecológico. Com o passar do tempo, o investimento em uma economia verde aprimora o desempenho econômico a longo prazo e aumenta a riqueza global total isso aconteceria simultaneamente ao aumento das reservas de recursos renováveis, redução dos riscos ambientais e reconstrução da nossa capacidade de gerar um futuro próspero.

Fonte:https://www.canr.msu.edu/news/teaching_young_children_to_care_about_the_environment

Uma economia verde é, antes de qualquer beneficio para o meio ambiente, primordial para a diminuição da pobreza. Pobreza contínua é a forma mais visível de desigualdade social, que está relacionada ao acesso desigual à educação, saúde, disponibilidade de crédito, oportunidades de renda e garantia de direitos de propriedade. Uma importante característica de uma economia verde é que ela procura gerar diversas oportunidades para desenvolvimento econômico e diminuição da pobreza sem liquidar ou acabar com os bens naturais de um país. Isso é particularmente necessário em países

de baixa renda, onde os produtos e serviços ecossistêmicos são componentes essenciais para o sustento de comunidades rurais carentes. Os ecossistemas e seus serviços proporcionam uma rede de segurança contra desastres naturais e choques econômicos e ainda são proporcionam uma melhor qualidade de vida para quem sempre só utilizou estrutura economias “marrons” e não obtiveram uma solução para sair da linha da pobreza.

As propriedades rurais pequenas, a idéia de esverdear as produções através da promoção e disseminação de práticas sustentáveis pode ser o modo mais efetivo de disponibilizar mais comida aos pobres e famintos, reduzir a pobreza, aumentar o sequestro de carbono e acessar o crescente mercado internacional por produtos verdes. A transição para uma economia verde melhora o estilo de vida em muitas áreas de baixa renda através de um crescente investimento em bens naturais que são usados pelas comunidades carentes para seu sustento.

Fonte: https://www.google.com.br/url?sa=i&source=images&cd=&ved=2ahUKEwif5OWMhKreAhXMC5AKHW-dCbwQjhx6BAgBEAM&url=http%3A%2F%2Fwww.ecodesenvolvimento.org%2Fposts%2F2014%2Fartigo-falando-um-pouco-mais-sobre-economia-verde&psig=AOvVaw2kBQdSAXi21WH0z2vl12bx&ust=1540846685424434

A energia renovável, por exemplo, pode desempenhar um papel de boa relação custo-benefício numa estratégia para eliminar a pobreza de energia. O movimento em direção a uma economia verde visa a aumentar o acesso a serviços e infraestruturas como meio de aliviar a pobreza e melhorar a qualidade geral de vida, e abordar a pobreza de energia é uma parte muito importante dessa transição. Isto inclui oferecer energia a pessoas que não têm eletricidade.

Exemplo prático:

O programa Grameen Shakti em Bangladesh

A Grameen Shakti (ou Energia Grameen, em português) foi fundada em 1996 e atualmente é uma das companhias de base rural de crescimento mais rápido no campo de energia renovável em todo o mundo. Capitalizando na rede e na experiência de microcrédito do Banco Grameen, a Grameen Shakti oferece créditos a juros baixos em diferentes pacotes financeiros para tornar sistemas solares caseiros (SHSs, da sigla em inglês) disponíveis e de custo acessível para a população rural. No final de 2009, mais de 320 mil SHSs foram instalados, além de instalações de biogás e fogões melhores. Os fogões melhorados e os programas de biogás contribuem para a redução do uso de biomassa e, consequentemente, diminuem a poluição dentro das casas, uma vez que a tecnologia de biogás ajuda ainda mais o gerenciamento sustentável do lixo. A Grameen Shakti visa a instalar mais de 1 milhão de SHSs até 2015, ao mesmo tempo que oferece a manutenção necessária, gerando assim empregos locais. A Grameen Shakti demonstra que o potencial que pode ser mobilizado para reduzir eficientemente a pobreza de energia com financiamento inovador e modelos de negócios que podem proporcionar sucesso com pouco ou nenhum suporte financeiro externo.

Fonte: http://www.fapesp.br/rio20/media/Rumo-a-uma-Economia-Verde.pdf

Outro impacto que por vezes é esquecido mas que pode trazer muitos benefícios para os países é o ecoturismo que não aceita o consumo de água, descarte de água não tratada, geração de lixo, dano à biodiversidade terrestre e marítima locais, e ameaças à sobrevivência das culturas e tradições locais. Tendo em mente que turismo e viagens produzem possibilidade para o desenvolvimento das regiões, alinhar isso a ideologias sustentáveis produz um impacto positivo nas populações locais. O desenvolvimento de comunidades locais acabam gerando uma cadeia de desenvolvimento naquela região, o que produz um impacto positivo além de influenciar as pessoas a cuidaram do meio ambiente pois, ter aquilo como fonte de renda faz pensar na importância de conservar a biodiversidade e os ecossistemas.

Além de pensarmos em aspectos mais detalhados sobre as economias, precisamos também lembrar que atualmente, ter uma preocupação com a governança ambiental é visto de uma maneira positiva, ou seja, quando um país se posiciona de forma contrária a, por exemplo, redução da emissão de CO2, a reputação do país é prejudicada e os países acabam se posicionando em relação a essa decisão de não optar por se preocupar em desenvolver tecnologia e soluções para degradar menos recursos naturais. Este movimento, que faz parte do conjunto que se chama de governança ambiental, é visto de forma otimista por Dawbor (2012) como um impacto difuso fundamental, pois “só quando se fortalecer bastante o movimento na base da sociedade haverá suficiente força política nas esferas superiores, governos, organizações multilaterais e corporações mundiais”

No Brasil há situação de conflito e de assimetrias de poder são frequentes nos mecanismos mais relevantes para assuntos ambientais: os conselhos de meio ambiente em níveis federal, estadual e municipal, os relatórios de impacto ambiental as audiências públicas. Nessas situações, ressalta-se

o significado que as assimetrias de poder e informação existem no processo de gerir um país com responsabilidade.

As relações entre Estado e Sociedade Civil podem efetivar alianças e cooperação, entretanto muitas iniciativas são permeadas por conflitos que decorrem das assimetrias sociais e das desiguais formas de organização e participação dos diversos atores envolvidos. Observa-se que nos processos de descentralização e coogerenciamento dos recursos naturais; nos arranjos onde atores interagem de forma cooperativa representando diversos segmentos - poder público, sociedade civil organizada e iniciativa privada – existe alguma forma de sinergia entre o poder público e a sociedade, que estabelece um capital social que tem importância nas relações entre os diversos segmentos, melhorando o entendimento das necessidades de se manter a qualidade ambiental. Os impactos das práticas participativas na gestão, apesar de controversas, apontam para uma nova qualidade de cidadania, que abre novos espaços de participação sociopolítica e influenciar qualitativamente na transformação do estado atual da governança ambiental no Brasil.

O conceito de governança ambiental configura a construção muitas vezes, de forma controversa, das condições para a definição de novos espaços institucionais, para as relações entre peritos e leigos, técnicos e usuários, e entre os setores público e privado. As instâncias participativas consultivas e/ou deliberativas das políticas ambientais podem ser consideradas instâncias abertas a essas conexões educativas, a exemplo dos conselhos de meio ambiente, dos comitês de gestão e das audiências públicas, que podem cumprir o papel de serviço à democracia e à proteção ambiental. O que um número cada vez maior de cientistas afirma é que no prazo de poucas décadas, muitos ecossistemas vitais poderiam sofrer danos duradouros ou irreversíveis por causa do aquecimento provocado pelo homem.

A proposta de uma Economia Verde que procure direcionar o crescimento econômico para investimento do setor público e privado na redução das emissões de carbono e poluição, enquanto utiliza de recursos de forma mais eficiente, além de prevenir as perdas da biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

Estamos num momento crítico em que a poluição do ar e dos oceanos, a extinção de espécies, cardumes ameaçados, chuva ácida, buraco na camada de ozônio, esgotamento dos solos e, principalmente, a constante mudança climática, fatores esses desencadeados pela expansão da atividade econômica, tem mostrado, sobremaneira, que os limites ecológicos não mais suportam um crescimento econômico exagerado, condição que se torna, na verdade, anti-econômica. Por isso o crescimento contínuo da atividade econômica é incompatível com uma biosfera finita. Ora, insistir num acentuado crescimento físico da economia (mais mercadorias), como fazem as economias

modernas, tendo em conta a finitude dos recursos naturais e energéticos é incorrer gravemente em mais custos (ambientais) que em benefícios (econômicos).

Vejamos que de 1980 para cá o consumo mundial dos recursos aumentou em 50% - a cada ano são extraídas 60 bilhões de toneladas de recursos naturais. Desde que o planeta começou a crescer industrial e populacionalmente, a crise ecológica então se fez mais evidente e se agrava com o passar dos anos. Das terras firmes conhecidas do mundo, 4 bilhões de hectares encontram-se esgotados. Por ano, perde-se mais de 7 milhões de hectares. São 20 mil hectares por dia, o que equivale a uma superfície diária que corresponde a duas vezes o tamanho de Paris.

Para o Brasil, as dimensões planejamento e avaliação ainda são frágeis na área ambiental. Necessita-se de maior investimento no estabelecimento de planos de médio a longo prazos, com objetivos e metas embasados na identificação de áreas estratégicas a serem enfocadas. Estas áreas prioritárias de atuação deveriam considerar não apenas os aspectos ecológicos, mas também o impacto dos problemas ambientais na esfera social – número de pessoas afetadas, efeitos sobre a saúde humana e custos sobre a produtividade e o crescimento econômico. Ainda há dificuldades em medir avanços e retrocessos devido à falta de mecanismos de avaliação estruturados – com indicadores confiáveis e metodologias perenes, que permitam a formação de séries históricas – nos órgãos responsáveis pelas políticas ambientais.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) é um elemento chave na estrutura de governança ambiental brasileira, os conselheiros do Conama (Fonseca e Moura, 2011), estes elencaram um rol de 23 questões consideradas como as principais dificuldades enfrentadas pelo conselho. O item “questões políticas alheias à agenda do conselho” – isto é, questões não pertinentes às suas competências finalísticas que estariam ocupando tempo excessivo dos debates e discussões travados nas diversas instâncias do conselho – é considerado a principal dificuldade enfrentada pelo Conama (54% de respostas). Em seguida, a “divergência nas opiniões dos conselheiros” (36%) e “pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência” (28%) aparecem como as opções mais citadas.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelo Conama é, justamente, a falta de uma sistemática de avaliação periódica dos seus atos e resultados, principalmente das resoluções, consideradas como seu principal produto. Um sistema de avaliação deveria prever – a priori, portanto – o possível impacto técnico, econômico, e até mesmo político de uma resolução e dos demais atos do Conama, estabelecendo indicadores e uma sistemática de monitoramento para acompanhar o grau de implementação destes atos a posteriori.

O Relatório Ambiental das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe de 2003 afirma que a degradação ambiental na região tem piorado nas últimas três décadas. O Brasil não é exceção a esta constatação, que se manifesta na queima de florestas, na perda da biodiversidade, na deterioração da qualidade do solo e da água, no avanço da desertificação, na contaminação crescente do meio urbano, assim como no alto grau de vulnerabilidade ambiental de grande parte dos recursos naturais do país. São impactos advindos de ações de promoção do desenvolvimento que estão longe de ser qualificadas como sustentáveis. Sendo assim, a preocupação em ter um equilíbrio ambiental e gerir isso visando a preservação do meio ambiente aliado com o desenvolvimento das pessoas, apesar de poder ter uma quantia de saldo maior a ser investido, no longo prazo acaba gerando mais lucratividade pois, consegue desenvolver as pessoas que estão vinculadas com a atividade.

Os impactos das práticas participativas na gestão, apesar de controversas, apontam para uma nova qualidade de cidadania, que abre novos espaços de participação sociopolítica e influenciar qualitativamente na transformação do estado atual da governança ambiental no Brasil. As diferentes engenharias institucionais sobre as transformações em curso nos organismos colegiados mostram que a implantação efetiva dos diversos instrumentos de participação pode mudar os padrões de governança, estabelecendo novas mediações entre Estado e sociedade civil, baseadas no aprimoramento de suas relações democráticas e na melhoria das condições de vida, enfatizando os aspectos que afetam diretamente a saúde dos indivíduos, notadamente os mais pobres.

2.3 - Boas Práticas de Sustentabilidade em Organizações

A definição de boas práticas, segundo o site Wikipédia, é:

> Conjunto das técnicas, processos, procedimentos e atividades identificados, utilizados, comprovados e reconhecidos por diversas organizações em determinada área do saber como sendo os melhores quanto ao mérito, eficácia e sucesso alcançados pela sua aplicação na realização de uma tarefa."

Engana-se quem pensa que o Brasil vive uma crise de natureza meramente econômica. Inegavelmente, o desenvolvimento de um país não pode ser medido exclusivamente pela

quantidade de riqueza que ele produz. Já não é de hoje que as preocupações com questões sociais também fazem parte das nossas convicções de um mundo melhor.

Mais recentemente, também começamos a desenvolver diretrizes no sentido de preservar nossa riqueza ambiental. Tema extremamente importante, especialmente para um país com uma enorme biodiversidade como é o caso do Brasil.

Isso não significa dizer, no entanto, que esses valores devem ser cultivados e promovidos apenas pelas autoridades públicas. Trata-se de um dever e uma responsabilidade pulverizada sobre toda a sociedade. Por isso, vamos abordar no post de hoje um tema muito importante nos dias atuais: a sustentabilidade.

- **Sustentabilidade**

  O termo *sustentabilidade* tem sido tão explorado por instituições e pelos meios de comunicação que parece até ter se esvaziado um pouco no quesito relevância. Na prática, porém, sua pertinência está mais viva que nunca. Só é preciso ter um pouco de cuidado e responsabilidade com a abordagem dada ao tema para não tornar o debate raso.

  Quando falamos em sustentabilidade, a primeira coisa que passa pela cabeça são as questões ambientais, certo? Entretanto, a sustentabilidade não para por aí! Seguindo uma visão mais contemporânea, a sustentabilidade funciona como um sistema que integra 3 valores fundamentais: as pessoas, o planeta e o lucro — também conhecidos mundo afora como os 3 *Ps* da sustentabilidade: *people*, *planet* e *profit*. Tal sistema foi denominado por John Elkington de *Triple bottom line*.

- **Proteção Ambiental**

  Por mais que existam (questionáveis) objeções à cientificidade da tese do aquecimento global, da contaminação das águas, da atmosfera e do solo, não tem como negar: a atividade humana tem sido bastante nociva ao planeta e ao ecossistema que o habita. Assim, se ações corretivas não forem implementadas com urgência, muitas plantas e animais podem estar com seus dias contados. E nós, seres humanos, também não escapamos.

- **Responsabilidade Social**

  A responsabilidade social é o pilar da sustentabilidade, preocupando-se não apenas com o capital humano da empresa, mas com todas as pessoas que são direta ou indiretamente afetadas pelas operações da instituição. Estão incluídos aí a comunidade local, o consumidor e a sociedade como todo. Nesse sentido, a ação corporativa deve ir muito além de tentar suavizar eventuais impactos negativos que venha a causar à coletividade.

Precisamos pensar em como, dentro das nossas possibilidades, podemos melhorar o mundo para nossos vizinhos, contribuindo com iniciativas que engrandeçam o homem em sua dignidade — seja na educação, na cultura, na segurança, na saúde ou, na verdade, em qualquer outra área.

- **Prosperidade econômica**

  A essa altura, você deve estar pensando que implementar iniciativas voltadas para a preservação do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida das pessoas pode onerar excessivamente a empresa, a ponto de reduzir sua competitividade no mercado por gerar custos excessivos. Mas saiba desde já: essa visão está totalmente equivocada, uma vez que deixa de fora da equação uma série de benefícios não mercadológicos para o negócio.

Como exemplo, podemos citar o comportamento do consumidor moderno, que pesquisa e investiga informações sobre os valores das empresas antes de escolher os produtos que compra. Além disso, a sustentabilidade já tem um impacto tão grande no mercado que chega a influenciar o valor das ações da companhia! Em outras palavras: ser sustentável é lucrativo! Aliás, se uma empresa não for lucrativa, ela deixa de ser considerada sustentável.

Muitas grandes empresas já estão ganhando bastante dinheiro com práticas sustentáveis, tais como a reciclagem e a economia de água e de energia elétrica. O aspecto econômico também é muito relevante para a sustentabilidade, já que, se gera prejuízo, a iniciativa não dura muito tempo.

Além do mais, se as práticas sustentáveis reduzirem a competitividade do negócio, levando à diminuição do lucro, pode haver reajuste de preço. Aí quem sai no prejuízo é o consumidor, que tem que pagar mais caro, bem como o trabalhador, que pode ser demitido. Sem contar que, nesse cenário, abre-se um espaço no mercado que pode acabar preenchido por empresas que não se importam com o meio ambiente, prejudicando também o planeta.

2.3.1 - Como Colocar em Prática?

Vamos agora a algumas práticas para você ver como não tem mistério? Confira!

- **1. Avaliar a cadeia de fornecedores**

  Recentemente, uma das maiores franquias de *delivery* de pizzas do país anunciou que deixará de comprar ingredientes fornecidos por uma empresa envolvida em escândalos de corrupção. Mas por quê?

  A verdade é que a imagem empresarial demora anos para se consolidar e apenas alguns instantes para desmoronar — principalmente na era digital. Isso sem falar que

o consumidor está cada vez mais consciente de tudo o que consome. Por essas e outras, a escolha de fornecedores deve ser feita de forma criteriosa, levando em conta os valores sociais, econômicos e ambientais que compartilham com os parceiros comerciais.

- **2. Gerar empregos em comunidades carentes**

  O desemprego é uma mazela social que pode ser considerada como a origem de muitas outras. Sem um emprego, a maior parte das pessoas não tem acesso a uma renda estável, fazendo com que famílias não tenham acesso moradia, vestimentas e alimentação adequadas. Tudo isso aumenta inclusive os índices de criminalidade.

- **3. Diminuir o uso de papel**

  O avanço da tecnologia permite que utilizemos cada vez menos papel e, consequentemente, contribuamos cada vez menos para as emissões de gases poluentes e a derrubada de árvores. Se for extremamente necessário, dê preferência ao papel reciclado.

- **4. Tirar a certificação ISO 14001**

  Tem crescido muito, dentro e fora do Brasil, o número de empresas com a certificação ISO 14001. E é absolutamente inegável a vital importância do treinamento e da informação nesse processo de transformação dentro da empresa.

- **5. Adotar a iluminação de LED**

  O tipo certo de lâmpada pode fazer com que a empresa use menos energia elétrica, gerando benefícios para o planeta e também para seus cofres.

- **6. Promover a transparência com o público interno**

  A comunicação eficiente, direta e transparente com os colaboradores, chamando-os para que se inteirem dos assuntos da empresa, é uma prática simples que pode ajudar bastante a melhorar o clima organizacional. Isso pode conduzir ao aumento na produtividade dos funcionários, refletindo, consequentemente, na lucratividade da empresa.

7. Usar equipamentos ecoeficientes

Geralmente, equipamentos mais antigos consomem mais energia. Assim, a troca por ferramentas mais modernas, com selo de consumo A, pode ajudar o planeta e ainda economizar bastante dinheiro para a empresa.

- **8. Estimular o transporte coletivo**

Disponibilizar um ônibus da empresa para realizar o transporte diário dos funcionários pode melhorar (e muito) a qualidade de vida dos colaboradores e a estima que eles têm pela empresa. Além disso, essa medida reduz a emissão de poluentes gerados pelos carros de passeio e ainda melhora o trânsito da cidade! Se isso não for possível, que tal ao menos estimular um programa coletivo de caronas?

- **9. Desligar os equipamentos**

  Sabia que muitos equipamentos (como computadores e eletrodomésticos) consomem uma significativa quantidade de energia até mesmo quando são mantidos em modo *stand by*? Assim, desplugá-los da tomada também pode reduzir o consumo de energia elétrica da empresa.

- **10. Buscar fontes alternativas de energia**

  Sempre que possível, dê preferência ao uso de energias limpas — como é o caso da energia solar e da eólica. E se, por um lado, o investimento financeiro é de longo prazo, os benefícios do ponto de vista da sustentabilidade são imediatos!

Por fim, vale destacar mais uma vez: não faz muito sentido falar em sustentabilidade social de forma isolada, assim como também não devemos pensar apenas na proteção ao meio ambiente. Todos esses valores estão unidos por uma virtude chamada generosidade, que faz aflorar em nós o que há de mais humano.

CAPÍTULO 3 – EMPRESAS VERDES

3.1 Principais Gatilhos para que uma Empresa se Torne Verde

Sabe-se que o momento atual é de foco total em sustentabilidade e práticas verdes, portanto, é de bom tom que as empresas se pautem nesse modo de pensar atual, e comecem a praticar de fato mudanças no dia a dia empresarial, seja através de atitudes no escritório, ou através de projetos

Por isso, a Folha de São Paulo realizou uma pesquisa voltada para os consumidores, visto que são o foco das empresas, e, se esses querem mudanças, para as empresas conseguirem manter seu desempenho, tem que mudar junto.

Uma vida saudável está no topo da lista de desejos do consumidor brasileiro. Acesso à água limpa, consumir alimentos frescos e nutritivos, ter tempo livre para passar com quem gosta, reduzir o lixo e o impacto com a geração de energia também fazem parte de um ranking de preferências, que aponta para um estilo sustentável. Convivendo com essa tendência, persiste o desejo pelo carro próprio.

O flagrante foi capturado pela pesquisa "Panorama do Consumo Consciente no Brasil", que o Instituto Akatu lança em São Paulo nesta quarta, 25.

Foram entrevistadas 1.090 pessoas com mais de 16 anos, de todas as classes sociais e de 12 capitais ou regiões metropolitanas, entre 9 de março e 2 de abril deste ano.

Para chegar ao ranking de dez preferências do consumidor, foram apresentadas várias opções de comportamentos e os entrevistados escolhiam alguns como desejáveis e outros como não desejáveis. O desejo consumista que aparece com mais destaque é o de ter carro próprio, predominante nas classes C, D e E (renda média de R$ 708.19 a R$ 2.965,69).

A pesquisa também identifica crescimento do número de pessoas que já incorporam mais de cinco práticas sustentáveis no seu dia a dia, os chamados iniciantes em consumo sustentável: em 2021, eram 32% dos entrevistados, e, agora, são 38%.

O grau de consciência divide os perfis em quatro tipos: indiferente, iniciante, engajado e consciente. 13 comportamentos servem de base. Considera-se indiferente o consumidor que pratica de zero a quatro, iniciante o que pratica de 5 a 7, engajado, de 8 a 10, e conscientes, de 11 a 13.
O maior nível de consciência tem viés de idade, qualificação social e educacional: 24% dos mais conscientes têm mais de 65 anos, 52% são das classes A e B (renda entre R$ 5,4 mil e R$ 23,3 mil) e 40% possuem ensino superior .

- **Que Tipo de Consumidor Você é**.

  Escolha abaixo quais são as suas práticas para ver seu perfil:

  - ler rótulo antes de comprar um produto
  - pedir nota fiscal
  - separar lixo em casa para reciclagem, mesmo sem coleta seletiva
  - usar verso das folhas de papel
  - fechar a torneira enquanto escova os dentes
  - esperar alimentos esfriarem antes de guardar na geladeira
  - apagar luzes dos locais desocupados
  - desligar aparelhos eletrônicos quando não estão sendo usados
  - passar informações e dicas sobre o tema para outras pessoas
  - planejar compras de alimentos
  - planejar compras de roupas
  - usar produtos feitos de material reciclado
  - usa**r produtos orgânicos**

- **Resultados**:

- se você segue de 11 a 13 práticas acima, seu perfil é o de um consumidor consciente;

- se assinala de 8 a 10, é engajado;

- se escolheu de 5 a 7, é iniciante,

- se identifica com 4 ou menos, é considerado indiferente.

> "A pesquisa mostra que há desejo de ser mais sustentável, mas que ele não se realiza a contento. Cabe às empresas diminuir as barreiras e entre os iniciantes está a grande oportunidade de recrutamento para ampliar as práticas do consumo consciente."
>
> Helio Mattar, diretor-presidente do Instituto Akatu - Folhapress

Também são apontados na pesquisa barreiras e gatilhos para o consumo de produtos sustentáveis. Entre as barreiras, estão: esforço, espaço, privação de prazeres e desconfiança. Esforço é barreira para 60% dos entrevistados e o maior de todos os esforços é o preço, para 25%.

"A ideia de que ser sustentável é mais caro decorre da fama antiga dos alimentos orgânicos", diz Helio Mattar, "Embora hoje a oferta seja maior e os preços, mais baixos, persiste esse mito, que se espalha para as outras práticas", observa.

Há vários comportamentos mais sustentáveis que vão na direção da economia recursos, avalia. Ele cita como exemplo o uso de celulares recondicionados. "O tempo médio de reposição de 1 celular no Brasil é de 1 ano e 1 mês. São gastos 45 kg de matéria-prima, energia, processos, transporte, num objeto que é aposentado logo. A alternativa sustentável é não cair no canto da sereia das novas funcionalidades e manter o aparelho antigo", recomenda. "Os recondicionados usam componentes já existentes e podem ser comprados por preços bem menores. A questão é que o consumidor não tem essa informação e a mídia não divulga isso", afirma.

Entre os gatilhos positivos para o consumo sustentável, valem mais para o consumidor as vantagens emocionais. A pesquisa indica que entre as oito principais causas que mais incentivam a compra de um produto de determinada marca, cinco estão ligadas a atitudes da empresa: combater o trabalho infantil, tratar funcionários sem discriminação; incluir pessoas com deficiência; contribuir para o bem-estar da comunidade está localizada; e oferecer boas condições de trabalho.

Para Mattar, a informação de que os gatilhos emocionais estão à frente é valiosa para as empresas: caberia a elas capturar e ativar o desejo de sustentabilidade dos consumidores. "As empresas que fabricam produtos sustentáveis falam com uma minoria ainda. A maior parte é de indiferentes ou iniciantes. Quem quiser ampliar mercado, tem de ter boias práticas empresariais e divulgá-las consistentemente", afirma.

"Uma mudança importante em relação à pesquisa anterior que fizemos é que, em 2012, só 12% dos entrevistados diziam que avaliavam as informações sobre produtos de acordo com a fonte das notícias. Hoje, 31% acreditam dependendo de onde lêem as informações."

“Em tempos de fake news, de crise de credibilidade, a fonte da informação é tão relevante quanto a empresa que divulga suas ações”, diz Mattar.

A pesquisa foi patrocinada por ONU Meio Ambiente, Coca-Cola Brasil, Grupo Boticário, Natura, Cargill e Unilever.”

3.2 - Exemplos de Empresas que Utilizam a Governança Ambiental

Quem são as empresas que melhor conseguem unir a geração de lucro aos impactos positivos para a sociedade? Para responder a essa pergunta, EXAME, em parceria com a Fundação Getulio Vargas, analisou os dados e a atuação de 173 empresas. Elas foram avaliadas nas três dimensões da sustentabilidade — social, ambiental e econômica.

As 31 companhias que mais se destacaram serão premiadas nesta noite num evento em São Paulo. Veja a lista:

- **Destaques**:

  - Empresa do Ano – Natura
  - Direitos Humanos – Elektro
  - Gestão da Água – Laboratório Sabin
  - Gestão da Biodiversidade – Grupo Boticário
  - Gestão de Clientes – Coca-Cola
  - Gestão de Fornecedores – Basf
  - Gestão de Resíduos – HP
  - Governança e Gestão da Sustentabilidade – Siemens
  - Mudanças Climáticas – L’Oréal
  - PME – Beraca
  - Relações com Comunidades – Beraca
  - Transparência – Aperam South America

- **As campeãs por setor**

  - Energia – EDP
  - Farmacêutico – Merck
  - Hotelaria e Turismo – Grupo Cataratas
  - Infraestrutura – EcoRodovias

- Instituições Financeiras – Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre
- Materiais de Construção – Duratex
- Papel e Celulose – Klabin
- Química – Basf
- Serviços, Consultoria e TI – EY
- Telecomunicações – Algar Telecom
- Bens de Consumo – Natura
- Construção Civil – Newinc
- Agronegócio – Raízen
- Varejo – Renner
- Saúde – Sabin
- Autoindústria – Volvo
- Mineração, Siderurgia e Metalurgia – Nexa Resources
- Bens de Capital – Weg
- Eletroeletrônicos – Whirlpool

Em nível de detalhes, a Natura foi escolhida pelo grupo para exemplificar o porque a empresa é considerada sustentável

Até meados da década de 90, a paisagem da zona rural de Abaetetuba, no nordeste do Pará, era tomada por pastagens degradadas. O cenário resultava das queimadas entre as safras de cana-de-açúcar e outras lavouras de ciclo curto que dominaram a região por anos. Nos últimos cinco anos, porém, nenhum foco de incêndio foi registrado nessa região. O fortalecimento da demanda por alimentos feitos com açaí tornou o desmatamento um mau negócio na última década. Mas não só. Espécies como a andiroba, o murumuru e a ucuuba — até então cortadas para a venda de madeira — também passaram a ter um valor de mercado inédito para os produtores locais. A razão: os óleos e as manteigas extraídos dos frutos e das sementes dessas árvores. Para ganhar dinheiro, foi preciso conservar o que estava de pé — e começar a reflorestar o que havia sido derrubado.

Boa parte da matéria-prima extraída ali vai para as linhas de produção da fabricante de cosméticos Natura, que havia quase uma década estudava as características dessas espécies em busca de fragrâncias e ativos hidratantes para a pele e para os cabelos. Centenas de famílias de fruticultores de Abaetetuba são fornecedoras da companhia desde 2006. “Entrar nesse mercado nos deu mais segurança financeira e profissionalizou nossa gestão”, afirma Raimundo Brito, presidente da

Coperfruta, cooperativa parceira da Natura no Pará. Para algumas dessas famílias, a renda anual mais que dobrou — de 12.000 para 28.000 reais.

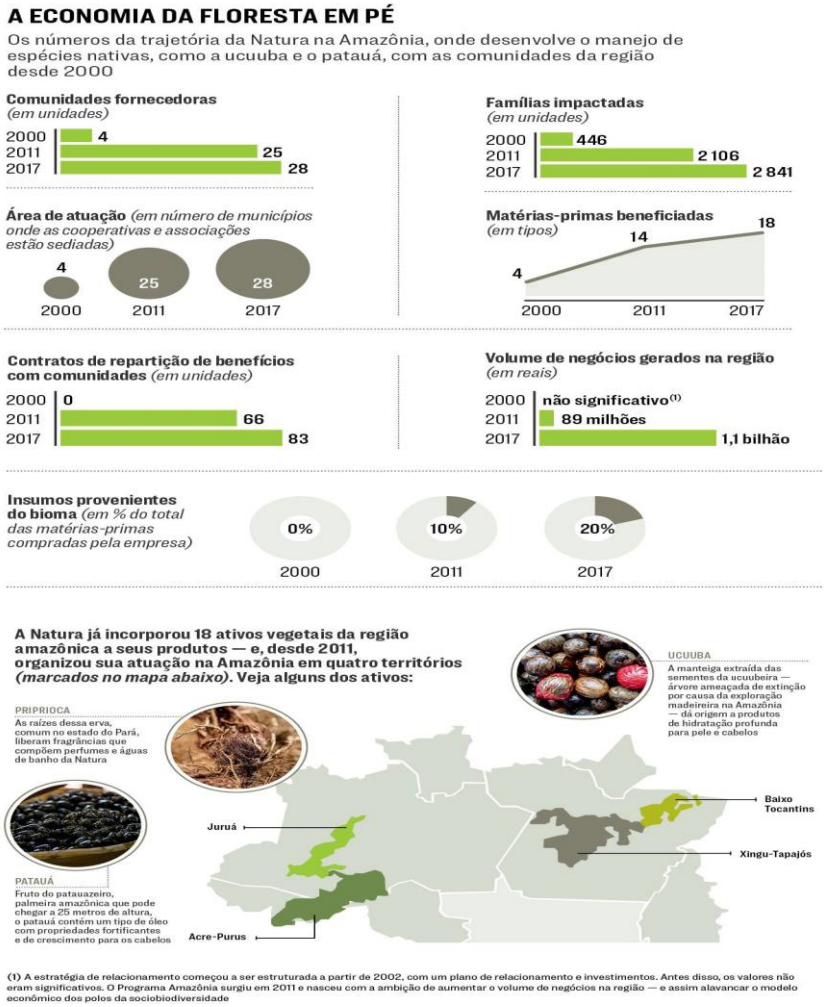
Hoje, a Coperfruta tem uma usina própria de beneficiamento de óleos e manteigas, resultado de um investimento direto da Natura em 2008. A estrutura viabilizou uma produção diária de 300 quilos, capacidade de processamento quase quatro vezes maior do que a registrada quando esses agricultores viviam somente da produção de açaí. O salto de produtividade, alcançado no ano passado, mira atender uma demanda nova, posta também pela Natura: o óleo de patauá, fruto do patauazeiro, palmeira amazônica que chega a 25 metros de altura e demora até 15 anos para frutificar por completo.

Mais conhecido como azeite amazônico, o ingrediente é tradicionalmente usado para cozinhar e está espalhado por várias partes do bioma, das margens do Rio Tocantins às imediações da Reserva Extrativista Chico Mendes, no sul do Acre. Foi lá que, em 2007, com base em depoimentos de mulheres que usavam o óleo para tratar os cabelos, que os pesquisadores da Natura começaram a investigar as propriedades da substância. Em setembro deste ano, ele foi incorporado ao portfólio de produtos para cabelos. O sucesso da linha superou a expectativa — e a safra deste ano não dará conta da demanda.

Tal descompasso entre o ritmo de lançamento de produtos e o volume necessário para atender clientes seria motivo de preocupação para muitas empresas. Não é assim no caso da Natura. A companhia define regras claras de exploração para seus fornecedores. Elas levam em conta os diferentes ciclos da biodiversidade — e, com base neles, limites são estabelecidos para garantir a disponibilidade da matéria-prima no longo prazo. É o caso da colheita da ucuuba, árvore sob risco de extinção. Só 60% das sementes podem ser recolhidas. O restante é deixado para que os animais espalhem naturalmente. “Quando todo mundo falava em just in time, partimos para o season in time”, afirma Pedro Passos, um dos três sócios-fundadores da Natura, em referência à complexidade do modelo de negócios, dependente da sazonalidade da matéria-prima

A inserção na floresta amazônica começou nos anos 2000 com o lançamento da linha Ekos. Na época, a compra de óleos e manteigas de castanha e andiroba de quatro comunidades extrativistas era indireta. Por meio de compradores intermediários, a empresa acabava se blindando da desorganização das cooperativas. A dificuldade dos ribeirinhos de produzir em ciclos bem delimitados e de cumprir contratos era agravada pela rotina de desmatamento ilegal, que na época atingiu seu ápice histórico no bioma. A definição do preço das matérias-primas também era um impasse, já que não havia padrões claros para o uso industrial daquelas substâncias — nem para estabelecer um preço para o acesso das empresas ao conhecimento tradicional dessas comunidades, comumente carentes de serviços básicos. “Percebemos que era preciso ter um canal direto com essas

pessoas para entender melhor a floresta, profissionalizar as cadeias produtivas e ter impacto social positivo”, afirma João Paulo Ferreira, presidente da Natura.



A opção pelo relacionamento estreito dá mais trabalho, sem dúvida. Mas também compensa. Nos últimos seis anos, desde que iniciou a empreitada de formar fornecedores locais, a Natura movimentou 1,1 bilhão de reais na região amazônica, um dos fatores decisivos para que fosse apontada como A Empresa Sustentável do Ano pelo *Guia EXAME de Sustentabilidade* 2017. É inédito, nos dez anos em que o guia escolhe a melhor entre as melhores, que uma companhia leve o prêmio pela segunda vez. No caso da Natura, a soma de investimentos na Amazônia inclui a ampliação da capacidade produtiva das comunidades, pesquisas sobre a biodiversidade local, a reforma de escolas rurais, a compra das matérias-primas e a construção de uma fábrica no Pará, a primeira fora de São Paulo.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir após realizar esse trabalho que a Governança Ambiental é um assunto que hoje se faz muito presente, não só no dia a dia das empresas, como também na sociedade.

Através desse trabalho foi possível observar os diferentes meios e métodos que o mesmo conceito de Governança é aplicado, gerando, consequentemente, diferentes resultados, mas todos visando a sustentabilidade e o pensamento verde do negócio. É importante frisar também que, por alguns países ainda não estarem tão avançados na Governança Ambiental e sustentabilidade como um todo, as empresas estão desempenhando esse papel, e assumindo um comportamento altruísta voltado para o desenvolvimento sustentável desse quesito tão importante nos países.

Conforme citado nos capítulos acima, existem diversos exemplos dessas empresas que estão desenvolvendo projetos com um foco verde. Dentre elas, podemos citar a Natura, a Coca Cola, a Klabin e a Eco Rotas. Todas elas, embora tenham projetos distintas, visam chegar no mesmo resultado: um país que seja mais focado nos meios e não apenas nos fins, prezando pelo desenvolvimento sustentável.

Sabe-se que, mesmo existindo empresas exemplares que tomam problemas governamentais para elas e tentam mudar o panorama atual, ainda existem muitos quilômetros a serem percorridos para chegarmos em um país e em uma situação exemplar para o meio ambiente e frente aos outros países.

A partir disso, se espera desses novos políticos um comportamento que seja mais preocupado com esse tema, visto que é algo que nos influencia diretamente na rotina, tanto atualmente, quanto daqui a alguns séculos.

Para fecharmos, esse tema de Governança Ambiental, como a própria definição diz, é englobar de forma prática no dia a dia das empresas e da sociedade, projetos ou métodos visem um pensamento ambiental e verde que seja sustentável no cotidiano. Para o nosso grupo, foi muito importante estudarmos esse tema e entrarmos na profundidade do tema, a partir do momento em que o conhecimento que adquirimos com esse estudo, pode nos auxiliar a modificar a empresa em que trabalhamos através de iniciativas pequenas, que tenham um grande impacto no futuro, como por exemplo substituir copos de café por xícaras próprias, as quais cada pessoa consegue levar a sua, e reutilizá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002133/213311por.pdf
[2] https://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/economia_verde.htm
[3] http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a24v26n74.pdf

[4] https://exame.abril.com.br/economia/os-6-setores-onde-a-economia-verde-mais-avanca/
[5]https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/25043/o-papel-da-agricultura-na-construcao-da-economia-verde.htm
[6]https://www.pensamentoverde.com.br/economia-verde/quais-sao-os-tipos-de-energias-renovaveis/
[7]https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/onu-traca-rotas-para-levar-economia-verde-aos-mares-3758961
[8]https://www.pensamentoverde.com.br/economia-verde/empresas-e-sustentabilidade-exemplos-de-economia-verde/
[9]http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160719_governanca_ambiental.pdf
[10] http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a07
[11] https://vexia.com.br/pt/10-boas-praticas-de-sustentabilidade-nas-empresas/
[12]https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/consumidor-quer-ser-sustentavel-mas-nao-encara-esforco-para-mudar.shtml